



InfoSNESup 148

Newsletter Setembro de 2011 - 2ª Quinzena

Sindicato Nacional do Ensino Superior

Associação Sindical de Docentes e Investigadores

SUMÁRIO

- 2012, ANO DE RESISTÊNCIA
 - A DECISÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL
E OS VENCIMENTOS E PENSÕES PARA 2012
 - ESTUDO SOBRE IMPLICAÇÕES DOS CORTES ORÇAMENTAIS
PARA AS ORGANIZAÇÕES DO ENSINO SUPERIOR
 - PARECER DA CADA SOBRE ACESSO A DADOS DO IRS
 - CONTRATUALIZAR A REGULAMENTAÇÃO
 - UMA REPÕE NORMALIDADE NO ACESSO A DADOS SOBRE DOCENTES
 - IP LISBOA E OUTRAS INSTITUIÇÕES TERÃO DE PRESTAR
INFORMAÇÃO ÀS ORGANIZAÇÕES SINDICAIS
 - IP COIMBRA PUBLICOU REGULAMENTO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL
 - REUNIÃO COM A PRESIDÊNCIA DO IP BEJA
 - PRIMEIRO ENCONTRO INFORMAL DE DELEGADOS SINDICAIS
E REGIONAIS DA REGIÃO DE LISBOA
 - EVENTOS
 - DIÁRIO DA REPÚBLICA
-

2012, ANO DE RESISTÊNCIA

A dias de conhecermos a proposta de Orçamento de Estado para 2012, é certo que este não será um ano normal. Assumimos desde já, em especial para o Ensino Superior, a ideia de 2012 como ano de resistência nas seguintes vertentes:

- Defender a integridade do ensino superior, a sua imagem pública, as condições de trabalho de todos, em particular dos docentes e investigadores sem esquecer as dos alunos;
- Preservar a capacidade de diálogo e de relacionamento inter-institucional melhorando o enquadramento legislativo das carreiras, "contratualizando a regulamentação" e fazendo funcionar os mecanismos de resolução alternativa de litígios, que, incluídos no ECDU e no ECPDESP, continuam letra morta em muitas instituições, na maioria dos casos por inércia e receio do desconhecido, mas em alguns por franca malevolência e perfil litigante dos seus dirigentes e responsáveis pelo contencioso;
- Intervir sempre que necessário para obstar a actuações que ponham em causa interesses legítimos de colegas.

É isto que, sendo nós o Sindicato do Ensino Superior, todos os Colegas têm direito a esperar de nós.

2

E por sua vez acreditamos ter o direito de esperar de todos os Colegas um sentido de unidade com o Sindicato que se reflecta na filiação sindical, na preocupação de nos fazerem chegar informação do que se passa nos seus locais de trabalho e na disponibilidade para ponderarem as nossas propostas.

Informar e Debater é indispensável para que se possa Intervir.

A DECISÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL E OS VENCIMENTOS E PENSÕES PARA 2012

Analisada a decisão do Tribunal Constitucional relativa ao requerimento de deputados sobre os cortes de vencimentos introduzidos pela Lei do Orçamento de 2011, verifica-se por um lado que ela não afecta uma parte dos pedidos formulados na acção colectiva colocada pelo SNESup (muito embora a vontade de encontrar argumentos para justificar os cortes seja indissociável) e por outro lado que ficou Teixeira dos Santos desautorizado em relação aos cortes para sempre, Este segundo aspecto obrigará à renovação anual da medida (e o SNESup colocará acção com a mesma

argumentação) e permitirá levantar questões novas em relação á aplicação de regimes jurídicos, designadamente o da indemnização por cessação de contrato de trabalho que pressupõem que a remuneração não é reduzida. Aliás já os havíamos levantado junto da Provedoria da Justiça a propósito do regime de aposentação.

Prosseguirá certamente a nossa acção relativa aos cortes nas pensões de aposentação que nem os deputados nem outras associações sindicais puseram em causa, talvez por apenas afectarem os aposentados em categorias superiores das carreiras (no nosso caso, professores catedráticos e investigadores coordenadores) e que reeditaremos em 2012 uma vez que, tal como chegou a estar previsto no PEC IV, a Lei do Orçamento do Estado de 2012 irá introduzir cortes nas pensões superiores a 1500 euros.

ESTUDO SOBRE IMPLICAÇÕES DOS CORTES ORÇAMENTAIS PARA AS ORGANIZAÇÕES DO ENSINO SUPERIOR

No âmbito de uma investigação de dois colegas (do ISCSP-UTL e UMinho) sobre as implicações dos cortes orçamentais para as instituições de ensino superior e onde estes pretendem compreender o que tem sido feito pelas instituições para enfrentar estes cortes, o SNESup irá colaborar na distribuição de um inquérito por questionário aos dirigentes das instituições de Ensino Superior. Os resultados da investigação serão dados a conhecer na nossa Revista Ensino Superior.

3

PARECER DA CADA SOBRE ACESSO A DADOS DO IRS

O nosso Sindicato tem vindo a defender um efectivo controlo do cumprimento das obrigações relativas ao regime de dedicação exclusiva, mas manifestando reservas a que este se faça através da apresentação pelo docente das suas declarações de IRS uma vez que, por um lado, tal obrigação não está prevista na lei mas também porque, por outro lado, a apresentação da declaração poderá envolver a disponibilização de elementos protegidos pela reserva dos direitos do cônjuge, quer de elementos relativos ao próprio docente mas sem relação com o regime de dedicação exclusiva, tais como sejam o pagamento de quotas sindicais (quando o docente não optou pelo desconto directo do vencimento) ou deduções relativas ao interessado ou aos seus familiares.

A Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) emitiu um parecer onde entende que os serviços processadores de vencimentos devem pedir directamente aos serviços da administração fiscal a informação indispensável e útil ao controlo do regime de exclusividade dos trabalhadores. Este é um parecer que merece a concordância do nosso Sindicato que já teve a oportunidade de o enviar a todas as instituições de ensino superior.

http://www.snesup.pt/htmls/dlds/Parecer_CADA_acesso_dados_fiscais.pdf

CONTRATUALIZAR A REGULAMENTAÇÃO

Como temos vindo a referir, o SNESup está a formalizar junto de um número crescente de instituições de ensino superior, aproveitando as possibilidades oferecidas pelo Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, propostas de acordo colectivo visando regular aspectos relativos a períodos de trabalho e a saúde, higiene e segurança, conforme Dossier publicado na Ensino Superior - Revista do SNESup nº 40.

Das três instituições com que iniciámos o processo em Maio, já chegámos a acordo com uma, na base da contra-proposta apresentada pela instituição, e na outra realizou-se já uma primeira reunião negocial, estando a segunda agendada para a primeira quinzena de Outubro.

Recebemos entretanto uma contraproposta de outra instituição, que dará lugar a reunião que pretendemos seja agendada o mais cedo possível.

UMa REPÕE NORMALIDADE NO ACESSO A DADOS SOBRE DOCENTES

O SNESup escreveu à Universidade da Madeira advertindo para a inconveniência da publicação na INTERNET de certos dados pessoais e profissionais dos docentes e recordando o enquadramento legislativo aplicável.

Não tendo havido resposta, verificámos entretanto que a informação que havíamos referenciado já não está on-line.

Pedimos a todos os colegas que detectem situações deste tipo nas suas instituições que nos alertem para snesup@snesup.pt.

IP LISBOA E OUTRAS INSTITUIÇÕES TERÃO DE PRESTAR INFORMAÇÃO ÀS ORGANIZAÇÕES SINDICAIS

O SNESup está a obter, embora a um ritmo lento, respostas das universidades e institutos politécnicos, ao seu pedido de envio de informação sobre a elaboração e cessação de contratos a termo, que, nos termos do nº 1 do Artigo 97º do Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, é obrigatório.

Foi a satisfação, após pública insistência desse pedido, que nos permitiu computar em 148 docentes o número dos atingidos pelo Instituto Politécnico de Leiria cujo contrato não foi renovado, tendo-se já colhido informação sobre os casos de não pagamento de férias e de proporcionais do subsídio de férias e de Natal. Quanto à indemnização por não renovação, não foi paga a nenhum dos interessados.

Entretanto uma das instituições relapsas na satisfação do pedido do SNESup - o Instituto Politécnico de Lisboa - acaba por ser condenado por sentença judicial a satisfazê-lo. Vamos divulgar largamente a sentença, para que mais ninguém se sinta tentado a reproduzir a "argumentação" expendida na recusa.

5

IP COIMBRA PUBLICOU REGULAMENTO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

O Instituto Politécnico de Coimbra publicou um Regulamento de Propriedade Intelectual que acolheu, embora não em toda a extensão, todas as propostas de alteração formuladas pelo SNESup.

http://www.snesup.pt/htmls/dlds/reg_PI_ipcoimbra_d_8971_2011.pdf

Como não se tem de modo geral verificado a preocupação das instituições consultarem o SNESup, apesar de os direitos de propriedade intelectual ser matéria que o nosso Sindicato levou à negociação do ECDU e do ECPDESP, pedimos a todos os colegas que, caso seja colocado em debate público qualquer projecto de regulamento deste tipo nos avisem de imediato.

REUNIÃO COM A PRESIDÊNCIA DO IP BEJA

Reuniu no passado dia 26 de Setembro, a pedido do SNESup, com o Presidente do Instituto Politécnico de Beja (Vito Carioca) e o coordenador

dos serviços jurídicos (Paulo Cavaco), uma delegação do SNESup composta pelo Presidente da Direcção (António Vicente), Delegado Regional (Luis Luz) e o Delegado Sindical António Oliveira.

A reunião iniciou com o esclarecimento da situação quanto à distribuição de serviço docente tendo o Presidente do IPBeja justificado a decisão de atribuição da carga máxima lectiva aos docentes com questões orçamentais relativas à diminuição do orçamento para 2012. Como forma de minimizar o impacto destas restrições no trabalho dos docentes o SNESup propôs que aos docentes em doutoramento bem como os envolvidos em projectos de interesse para o IPBeja não deveria ser atribuída carga lectiva máxima. O Presidente aceitou as propostas pronunciando-se mesmo no sentido de estas serem aplicadas já no corrente ano lectivo.

Ficou ainda o compromisso de um diálogo interno activo sobre a situação do IPBeja e formas de aumento das receitas próprias da instituição.

Foi ainda abordada na reunião a possibilidade de recurso a mecanismos de resolução alternativa de litígios, onde o SNESup voltou a propor a vinculação do IPBeja ao CAAD (Centro de Arbitragem Administrativa), na linha de outras instituições que o tem vindo a fazer, bem como um protocolo com vista à constituição de comissões paritárias. No entanto, e apesar de serem matérias expressamente previstas no ECPDESP (artigo 44º-A), os responsáveis do IPBeja não as consideraram relevantes.

PRIMEIRO ENCONTRO INFORMAL DE DELEGADOS SINDICAIS E REGIONAIS DA REGIÃO DE LISBOA

Com vista a dar oportunidade aos Delegados Sindicais e Regionais da região de Lisboa de melhor se conhecerem, partilharem as suas experiências no Ensino Superior e dar uso a diferentes formas comunicacionais realizou-se o primeiro Encontro Informal, com um "after work drink" no restaurante República da Cerveja, Parque das Nações no dia 30 de Setembro.

O evento teve a aceitação de vários delegados que sugeriram um próximo Encontro Informal para finais de Novembro, desta vez com jantar, no restaurante Kais, em Santos, na zona ocidental de Lisboa.

EVENTOS

Conferência internacional - Programa Gulbenkian Ambiente “Paisagens em transição”

Sala 1 – Fundação Calouste Gulbenkian

7 de Outubro 2011

Mais informações:

http://www.gulbenkian.pt/index.php?object=160&article_id=2673

Conferência “Ambiente. Porquê ler os clássicos? - Primavera Silenciosa (1962), de Rachel Carson”

Auditório 3 – Fundação Calouste Gulbenkian

7 de Outubro 2011 às 18h

Mais informações:

<http://www.gulbenkian.pt/section21artId3018langId1.html>

Transmissão directa online: <http://live.fccn.pt/fcg/>

DIÁRIO DA REPÚBLICA

Resolução do Conselho de Ministros n.º 40/2011, publicada em 22 de Setembro

Aprova os princípios orientadores e os eixos estruturantes da reforma da administração local autárquica.

<http://dre.pt/pdf1sdip/2011/09/18300/0453004532.pdf>

Decreto-Lei n.º 98/2011, de 21 de Setembro

Cria o Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P., e aprova a sua orgânica.

<http://www.dre.pt/util/getpdf.asp?s=diad&serie=1&iddr=2011.182&iddip=20111516>

Sindicato Nacional do Ensino Superior

Associação Sindical de Docentes e Investigadores

www.snesup.pt

Lisboa – Avenida 5 de Outubro, 104, 4º – 1050-060 LISBOA

Atendimento – 10 - 13 e 14 - 18 Horas

Telefone 21 799 56 60 – Fax 21 799 56 61 - snesup@snesup.pt

Porto – Praça Mouzinho de Albuquerque (Rotunda da Boavista), 60 1º – 4100-357 PORTO

Atendimento – 10 - 13 e 14 - 17 Horas

Telefone 22 543 05 42 - Fax 22 543 05 43 - snesup.porto@snesup.pt

Coimbra – Estrada da Beira, 503, R/C, A – 3030-173 COIMBRA

Atendimento – 10 - 13 e 14 - 17 Horas

Telefone 23 978 19 20 – Fax 23 978 19 21 - snesup.coimbra@snesup.pt